



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Colonialidade persistente nos territórios mineradores: o espaço urbano e regional em Congonhas/MG

Adriana Gomes do Nascimento (UFSJ) – adrianan@ufsj.edu.br
Arquiteta e Urbanista (PUCCAMP), Mestre em Urbanismo (PROURB), Doutora em
Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Professora Associada DAUAP/ PIPAUS/ UFSJ

Isabela Freitas Cioni (UFSJ) – isabela.cioni@aluno.ufsj.edu.br
Arquiteta e Urbanista (UFSJ), Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (PIPAUS/UFSJ)

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. Este artigo articula discussões históricas e contemporâneas vinculando relações territoriais e econômicas a partir de leituras sobre o extrativismo dos ciclos de ouro e ferro na região da cidade histórica de Congonhas/MG. Este município integra atualmente o denominado Quadrilátero Aquífero-Ferífero, localizado na porção central do estado de Minas Gerais. A partir de estudos cartográficos de diferentes temporalidades, de revisão bibliográfica e narrativas decoloniais latinoamericanas busca-se com este trabalho contribuir com reflexões críticas a respeito da colonialidade persistente nos territórios mineradores. A contribuição deste estudo está também relacionada com discussões sobre o espaço urbano e regional no entorno imediato de Congonhas, influenciado pela mineração extrativa e pela siderurgia praticada em larga escala por gestões empresariais privadas e multinacionais.

Palavras-chave. Congonhas; Historiografia; Colonialidade; Neoextrativismo; Territórios Mineradores.

Persistent coloniality in mining territories: urban and regional space in Congonhas/MG

Abstract. This article articulates historical and contemporary discussions associating territorial and economic relations from readings over gold and iron cycle extractivism in the region of the historical city of Congonhas/MG. This city is part of the so-called Quadrilátero Aquífero-Ferífero, located in the central portion of the Minas Gerais State. Through cartographic studies of different temporalities, bibliographic review and Decolonial Latin American narratives, this paper aims to contribute to critical reflections on the persistent coloniality in mining territories. The contribution of this research is also related to discussions on urban and regional space in the immediate surroundings of Congonhas, influenced by the extractive mining and steel industry practiced on a large scale by private and multinational companies.

Keywords: Congonhas; Historiography; Coloniality; Neoextractivism; Mining territories.

Colonialidad persistente en territorios mineros: el espacio urbano y regional en Congonhas/MG

Resumen. Este artículo articula discusiones históricas y contemporâneas vinculando relaciones territoriales y económicas a partir de lecturas sobre el extractivismo de los ciclos del oro y del hierro en la región de la ciudad histórica de Congonhas/MG. Este municipio forma parte del llamado Cuadrilátero Aquífero-Ferífero, situado en la porción central del estado de Minas Gerais.

A partir de estudios cartográficos de diferentes temporalidades, revisión bibliográfica y narrativas decoloniales latinoamericanas, este trabajo pretende contribuir a la reflexión crítica sobre la colonialidad persistente en los territorios mineros. La contribución de este estudio también está relacionada con las discusiones sobre el espacio urbano y regional en el entorno inmediato de Congonhas, influenciado por la industria extractiva minera y siderúrgica practicada a larga escala por empresas privadas y multinacionales.

Palabras clave: Congonhas; Historiografía; Colonialidad; Neoextractivismo; Territorios Mineros.

1. Introdução

A relação colonização-urbanização-extração, ancorada na dialética entre urbanização e natureza estabelecidas a partir do avanço da colonização em Minas Gerais/ Brasil, tem como objetivo a exploração de corpos e territórios para extrair as riquezas naturais-minerais encontradas. São estas lógicas que estruturam a vida urbana-colonial e que se perpetua até a atualidade.

Do ponto de vista teórico da urbanização brasileira neste artigo adotamos duas principais abordagens: a histórica e a econômica. Da histórica, a ênfase dada ao debate é o da tríplice estruturação dos regimes coloniais que tem suas bases eclesiais, administrativas e jurídicas (CARVALHO, 2015; NASCIMENTO et al, 2022; FONSECA, 2011). Da econômica, a ênfase se ancora na atividade extrativa, de ouro e de ferro, em relação a urbanização.

Do ponto de vista metodológico para as análises e recortes históricos são apresentadas relações multiescalares de tempos e de espaços numa abordagem de longa duração (*longue durée*) (BRAUDEL, 1958), tanto em produção de imagens ao longo do tempo, quanto de narrativas sobre estes espaços.

Como recurso metodológico aparecem nos estudos a interrelação com as análises cartográficas históricas, como registros fundamentais para compreensão territorial urbano-regional e dos poderes civis e eclesiais coloniais. O levantamento e entendimento dos mesmos territórios mineiros via análise e produção de cartografias contemporâneas é outra das abordagens, inclusive com análise das áreas minerárias dentro do perímetro urbano de Congonhas (CIONI, 2021).

A revisão bibliográfica perpassa autores que discutem o tema da mineração contemporânea e colonial. Os autores latinoamericanos apresentam-se como importantes referências para o debate decolonial e reflexões críticas da colonialidade persistente nos territórios mineradores.

O espaço em análise é o território municipal de Congonhas e entorno regional, localizado na porção central do estado de Minas Gerais e que integra o Quadrilátero Aquífero-Ferífero¹. Município histórico setecentista de base mineira, Congonhas é reconhecido pela UNESCO (1985) como Monumento Cultural da Humanidade.

A Cidade dos Profetas abriga importante acervo histórico, os 12 Profetas de Aleijadinho, e tem seu patrimônio histórico ameaçado pela mineração extrativa e pela siderurgia praticada em larga escala por três grandes mineradoras multinacionais, sendo elas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Vale S.A. e a Gerdau.

O modelo de desenvolvimento neoextrativista atual (MILANEZ; SANTOS, 2013), voltado à exportação de *commodities*, está sujeito à instabilidade do mercado global e impõe complexos desafios aos territórios mineradores, ao relacionar área urbanizada e natureza.

Com esse estudo, objetiva-se compreender as relações históricas existentes no território de Congonhas pela perspectiva da mineração como estruturante na produção do espaço urbano e regional e o papel que desempenha na urbanização e em urbanidades.

2. História e formação do território municipal de Congonhas: a mineração extrativista dos ciclos do ouro ao do ferro

Ao recorrermos à historiografia da ocupação e formação do território colonial da Capitania das Minas Gerais visamos alcançar a gênese sobre a formação do território de Congonhas. Essa história é atravessada e está diretamente relacionada à mineração do ouro, que perpassa toda a história de colonização das Minas Gerais.

Em termos de bases cartográficas históricas para as considerações abordadas neste trabalho ressalta-se a relevância das pesquisas em acervos como o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Album Chorographico Mineiro.

Os principais autores que subsidiam as discussões históricas e político-econômicas são Fonseca (2011), Monte-Mór (2001a; 2001b) e Carvalho (2015). Penha (2014) e Neves (2014), têm contribuições compondo a Carta Arqueológica de Congonhas (BAETA; PILÓ, 2014). Ressaltamos neste estudo pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre debates decoloniais em estudos que também abordam as cartografias históricas, iconográficas dos caminhos e toponímias mineiras (NASCIMENTO et al, 2021; NASCIMENTO et al, 2022).

O contexto histórico de formação do atual município de Congonhas, municipalizado em 1938, remonta ao período colonial e é concomitante ao processo de territorialização dos sertões, das paisagens “desconhecidas” pela Coroa Portuguesa no interior do país. A ocupação desses territórios interioranos que culminou na formação da Capitania das Minas Gerais desenrolou-se a partir do final do século XVII, intensificando-se no século XVIII, com a descoberta do ouro de aluvião, na região central de Minas Gerais.

À época e ao longo do período colonial, Minas Gerais foi dividida e progressivamente organizada em quatro Comarcas, instituídas quinze Vilas, uma Cidade e centenas de arraiais, distribuídas de maneira dispersa ao longo dos caminhos e rotas de escoamento do ouro, de acesso e dos fluxos comerciais e migratórios regionais e continentais (FONSECA, 2011), caminhos estes que, posteriormente, tornaram-se conhecidos como “Estrada Real”²

Conforme aponta Fonseca (2011) os inúmeros arraiais assemelham-se a uma constelação de povoados que compunham a rede urbana mineira. Com relação à distribuição das nucleações, estas assumem relação direta com as questões geomorfológicas e econômicas: “Dada a distribuição do ouro em várias grotas e córregos, senão distantes entre si pelo menos separadas por acidentes geográficos, diversas eram as nucleações que surgiam ao longo dos caminhos” (MONTE-MOR, 2001a, p. 3).

É no Caminho Velho da dita “Estrada Real”, a primeira rota de acesso e escoamento do ouro que ligava Paraty-Ouro Preto, que formaram-se os três arraiais que hoje compõe o município de Congonhas: 1. o arraial de Congonhas do Campo (distrito-sede), 2. o arraial de Soledade (Lobo Leite) e 3. o arraial do Redondo (Alto Maranhão).

Os registros históricos concentram-se sobre o arraial de Congonhas do Campo. Acredita-se que tal fato deva-se à relevância religiosa que o distrito-sede adquire no fim do século XVIII e início do século XIX, influenciada pela conclusão das obras de Aleijadinho na Basílica de Bom Jesus do Matosinhos e pela tradicional festa de peregrinação, o Jubileu ao Senhor Bom Jesus do Matosinhos, que acontece desde 1779. A ocupação nos demais distritos é também marcada pela construção das igrejas.

“A consolidação da povoação estava ligada à institucionalização do controle da terra [...] determinado pelo Estado ou pela Igreja, detentora também de terras para distribuição, que deu origem e forma ao que se poderia chamar núcleo urbano” (MONTE-MOR, 2001a, p. 3-4).

Destaca-se o papel fundamental da Igreja durante a colonização na consolidação de novos assentamentos e povoamentos. Era comum que estes novos assentamentos estivessem relacionados ao erguimento de capelas, muitas vezes incipientes e precárias, ao longo desses caminhos e rotas, o que levava a fixação de pessoas no entorno delas.

Destaca-se ainda a relevância da paisagem natural, dos rios e das serras, na delimitação de territórios de jurisdição de cada Vila. Na região mineradora, marcada por distintos elementos topográficos e hidrográficos, a definição de limites administrativos pautados em estruturas e marcos naturais, tidos como limites confiáveis e seguros, advinha de um desejo da metrópole portuguesa em “[...] racionalizar a distribuição dos diversos poderes e jurisdições” (FONSECA, 2011, p. 321) e pode ser verificada nas cartografias históricas (figura 1 e 2).

Central ao arraial de Congonhas do Campo e eixo em torno do qual o povoamento se iniciou e expandiu, o Ribeirão das Congonhas, posteriormente renomeado para Rio Maranhão³, era o limite entre as Comarcas de Ouro Preto e Rio das Mortes (figura 1 e 2).

Durante o período colonial, este rio que corta o território de Congonhas configurava uma fronteira: a margem direita (Matriz) pertencia territorialmente e respondia jurídica e administrativamente à Comarca de Ouro Preto, enquanto a margem esquerda (Matosinhos), à Comarca de Rio das Mortes (figura 2).

Segundo Neves (2014) a partir da reunião de relatos de visitantes e naturalistas, que registraram suas passagens por Congonhas do Campo ao longo do século XIX, pode-se compreender que, à época, as margens direita (Matriz) e esquerda (Matosinhos) eram lidas como localidades distintas, porém, próximas entre si.

Congonhas estava em uma situação fronteiriça, nos limites das Comarcas citadas e nas zonas periféricas dos territórios de jurisdição de diferentes vilas. Segundo Fonseca (2011), entre outras municipalidades coloniais, Congonhas foi reivindicada, em diferentes momentos dos setecentos, por diferentes Vilas: por Vila Rica (Ouro Preto), pela Vila de São José del-Rei (Tiradentes) e pela cidade de Mariana.

Característico das fronteiras coloniais, foi um território marcado por disputas e violências (NEVES, 2014; FONSECA, 2011). O arraial de Congonhas do Campo era importante para a Coroa Portuguesa, para a Igreja e para os mineradores que residiam no local pois era um relevante centro de mineração de ouro, possuindo abastadas lavras. No arraial do Redondo (distrito de Alto Maranhão), a principal rota para se chegar à Congonhas e Ouro Preto, foi instalado um presídio, denominação da época para um lugar de atribuição mais militar que

judiciária, destinado, por exemplo, à supressão do extravio do ouro (CARVALHO, 2015).

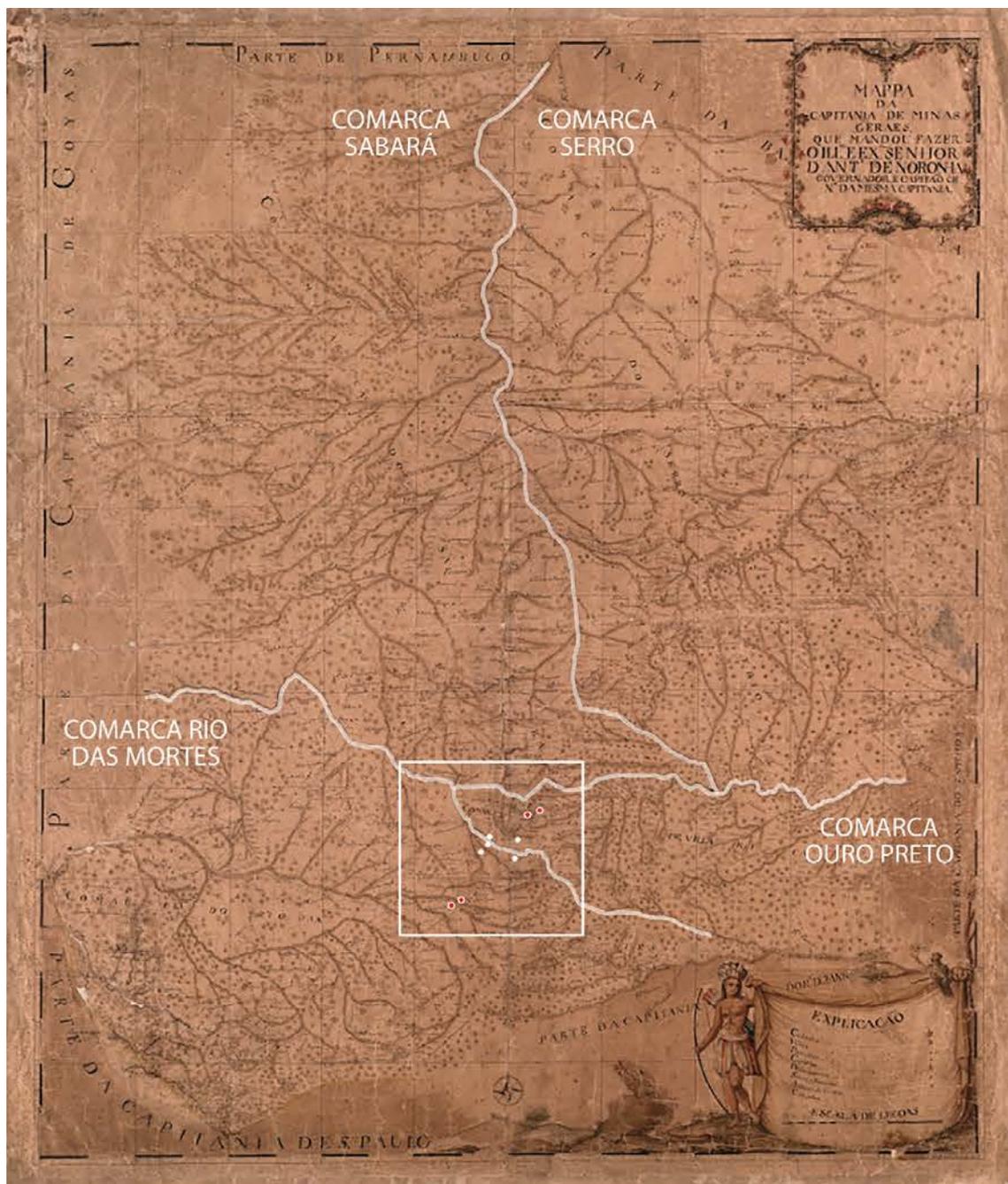


Figura 1. Mapa da Capitania de Minas Gerais em 1777, de autoria de José Joaquim da Rocha. As marcações em branco indicam os limites das Comarcas da Capitania. A delimitação em detalhe indica a área de recorte da imagem que será apresentada a seguir, na figura 2. Fonte: BNRJ; adaptada pelas autoras, 2021.

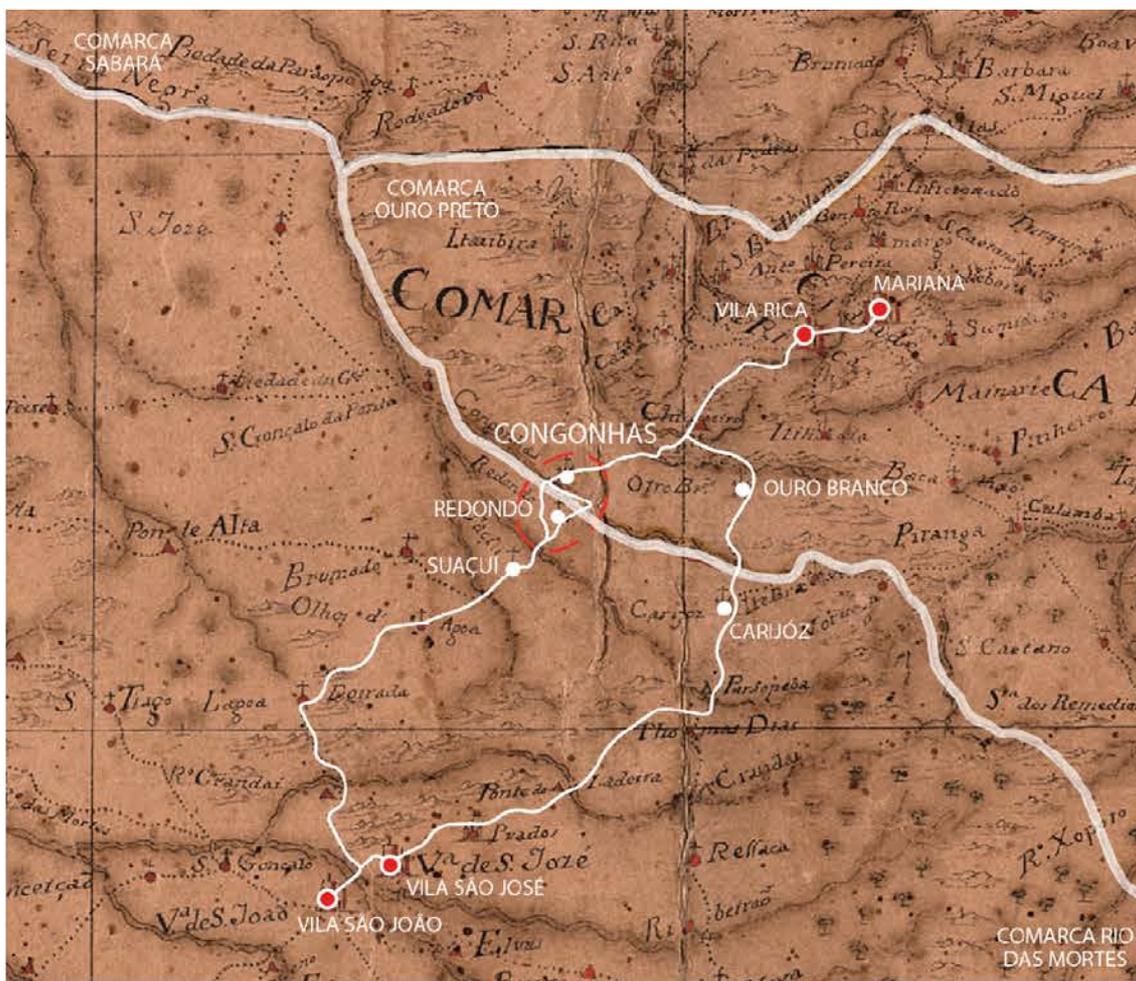


Figura 2. Recorte da cartografia histórica da Capitania de Minas Gerais em 1777, de autoria de José Joaquim da Rocha. As marcações em branco indicam os limites das Comarcas e os caminhos que interligam as Vilas (vermelhos) e os arraiais (brancos) coloniais. Dentro da marcação tracejada em vermelho, estão o arraial do Redondo (Alto Maranhão) e de Congonhas do Campo, demonstrando sua posição fronteiriça em relação aos limites das Comarcas. Fonte: BNRJ; adaptada pelas autoras, 2021.

A localização do povoamento do arraial de Congonhas do Campo às margens do Rio Maranhão relaciona-se com a atividade extrativa do ouro. O principal local de extração e exploração mineral durante o período colonial eram os cursos hídricos - ouro de aluvião - e encostas de morros. Os sítios históricos no ciclo de extração do ouro em Congonhas foram pouco estudados dos pontos de vista arqueológico e geológico; os mais conhecidos são do Pires, da Forquilha, de Goiabeiras, do Batateiro e o de Veeiros (PENHA, 2014).

Monte-Mór (2001b) apresenta reflexões e questionamentos sobre a gênese das cidades, intuindo sobre as formações urbanas coloniais mineiras surgidas a partir da atividade mineradora, controversa à compreensão amplamente difundida de que a cidade se origina dos excedentes do campo. Marcada pela intensidade, concentração e precocidade, a formação socioespacial mineira resulta em uma expressiva rede, cultura e economia urbanas pautadas na produção extrativa mineral, na exploração do trabalho escravizado, circulação, distribuição e, para atender as demandas da região mineradora, no fortalecimento de uma região complementar.

“[...] em regiões mineradoras as atividades de agricultura e pecuária são geradas como complementares à base econômica urbana, com níveis mais complexos de integração vertical e horizontal e mais aprofundada divisão sócio-espacial do trabalho” (MONTE-MÓR, 2001b, p.12).

A compreensão das peculiaridades na formação das cidades/municipalidades coloniais mineiras contribuem para a análise e reflexão a respeito da urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994).

A urbanização mineira advém de um espaço de produção “industrial”⁴ de natureza exclusivamente extrativa (ouro e diamantes), inauguram um sistema urbano inédito na colônia e constituem a “[...] primeira integração macro-regional no território brasileiro [...] o resultado é o fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, etc” (MONTE-MÓR, 2001b, p.5-6).

Retornando ao debate sobre as questões fronteiriças e regionais, o arraial vizinho a Congonhas do Campo, arraial dos Carijós, foi durante o período colonial elevado à categoria de Vila, a Vila de Queluz (atualmente, Conselheiro Lafaiete). Com a instauração da Vila, o arraial do Redondo (distrito Alto Maranhão) passa a pertencer ao território de jurisdição da nova Vila, elevada a essa categoria no fim do período colonial, em 1790.

Fonseca (2011) traz que, entre as justificativas apresentadas para elevação do arraial que almejava ser vila, foi utilizada sua posição estratégica de centralidade em relação a importantes arraiais, na rota comercial do Caminho Novo da Estrada Real, alternativo na interligação do Rio de Janeiro à Ouro Preto.

No final do século XVIII as riquezas auríferas foram precocemente exauridas, em função da intensa e predatória exploração e de limitações técnicas empregadas na extração mineral.

“Essa decadência prematura pode, todavia, ter contribuído para a permanência de muitas povoações que de outra forma poderiam ter sido completamente esvaziadas. Tendo sido as jazidas pouco exploradas, os rejeitos [...] eram ainda ricos em minerais, permitindo baixa mas alguma produtividade, suficiente para a manutenção de uma economia mineradora complementar à economia de subsistência” (MONTE-MÓR, 2001a, p.10).

A rede urbana mineira organizou o espaço urbano-regional de maneira definitiva, mesmo com a decadência da economia extrativa do ouro e com determinada estagnação econômica da região (MILANEZ, 2011; MONTE-MÓR, 2001a, 2001b).

No caso de Congonhas, a tradição religiosa, principalmente com a festa de peregrinação do Jubileu, desde a época da colonização, chegava a acontecer até duas vezes ao ano, e permitiam contribuir para frear a estagnação econômica.

No século XIX, há os primeiros investimentos em uma mineração voltada à exploração de outras riquezas minerais na região central de Minas Gerais: as reservas de ferro e manganês. Adiante, serão aprofundados os acontecimentos e desdobramentos relacionados à transição da mineração extrativa do ouro ao ferro.

Congonhas do Campo no século XIX teve como um dos seus principais papéis o de centro religioso. Muito se deve a sua relevância artística e religiosa - religiosidade popular, de cura e peregrina que atraía muitos religiosos, viajantes e romeiros - em seus vínculos com o Santuário da Basílica de Bom Jesus do

Matosinhos, que teve suas obras, iniciadas em meados do século XVIII, finalizadas na primeira década do século XIX.

À Paróquia de Congonhas do Campo dependiam onze filiais curadas⁵, o que demonstra seu papel hierárquico dentro das estruturas eclesiais. Em 1827, chegam ao arraial os Padres Lazaristas que passam a administrar o Santuário do Senhor Bom Jesus do Matosinhos; implantam um seminário e uma escola, dada a necessidade regional de escolas e de um projeto educacional (NEVES, 2014).

Em meados do século XIX, o arraial foi pólo de efervescência intelectual pela presença de jornais e de instituições escolares religiosas. Há registro também de extrações auríferas, mesmo que mais escassas e em menor escala, assim como a produção das fazendas da redondeza “[...] que tratavam de plantar gêneros de subsistência, um pouco de cana de açúcar e a criar algum gado, cavalos e asnos” (NEVES, 2014; PENHA, 2014, p.71).

Ao final do século XIX e início do século XX, as estradas de ferro e de rodagem e as crescentes extrações de ferro, manganês e carvão retomam a prosperidade em Congonhas do Campo e distritos próximos, ocasionando alterações e crescimento também na região (PENHA, 2014; NEVES, 2014).

Na cartografia de 1927 a seguir (figura 3) é possível observar a dimensão dos territórios dos municípios elevados, ainda no colonial, à categoria de vila - em rosa, Vila de Queluz, atual Conselheiro Lafaiete e em verde, Vila Rica, atual Ouro Preto.

Em 1938, há a emancipação e municipalização de Congonhas do Campo, composto pelo agrupamento dos distritos de Lobo Leite e Congonhas do Campo, dois arraiais coloniais, desmembrados de Ouro Preto. O município de Congonhas, como constituído atualmente, só foi efetivado em 1943, quando Alto Maranhão é desmembrado de Queluz, atual Conselheiro Lafaiete, e anexado ao território de Congonhas do Campo (figura 3).

Nas cartografias históricas, é possível identificar municipalidades e povoados dessa extensa rede urbana que resistiram à estagnação econômica e que compõem o espaço regional até a atualidade. É o caso dos arraiais coloniais citados anteriormente e de outras localidades que são representadas em diversas cartografias, em diferentes períodos históricos, como Pires, Joaquim Murinho e Gagé.

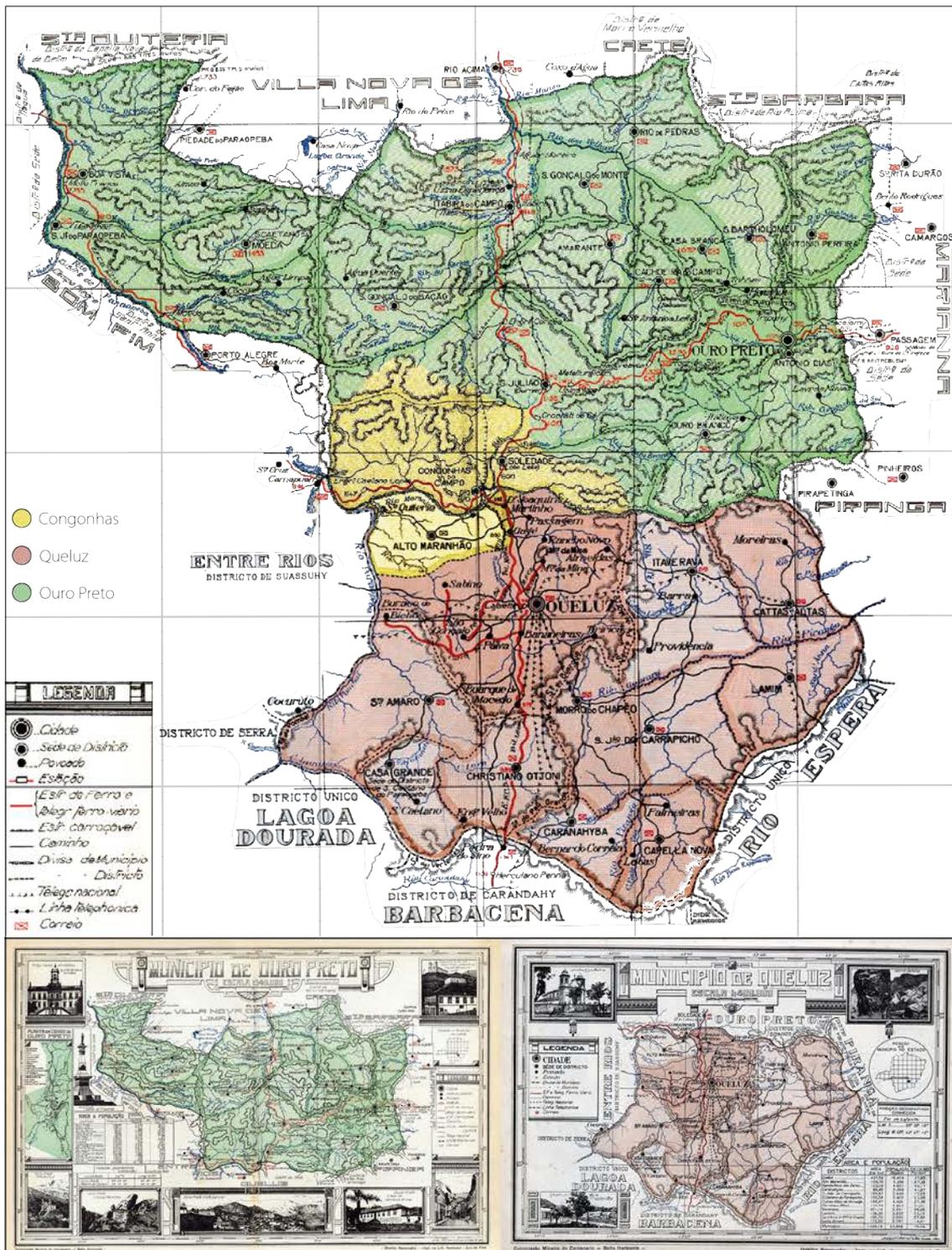


Figura 3. Mapa do território municipal de Ouro Preto (verde) e Queluz (rosa) em 1927, com os desmembramentos que deram origem ao atual município de Congonhas (amarelo), conformado em 1943. Abaixo estão as cartografias originais de 1927. Fonte: Album Chorographico, 2012; adaptado pelas autoras, 2021.

3. História e desenvolvimento urbano-regional na região de Congonhas: o ciclo do ferro

Ao darmos continuidade às abordagens historiográficas, o enfoque dado a seguir é o que denominamos de ciclo da mineração de ferro. Com os primeiros indícios da exponencial atividade econômica na região ainda no século XIX, tem-se a

partir do século XX um crescimento que assume em intensidade e modo, a mineração extrativa e a siderurgia, que mais se aproximam da praticada atualmente: uma mineração de escala industrial, voltada ao abastecimento do mercado externo (mundial), que resulta na especialização da região.

As alterações no cenário da atividade econômica são alteradas a partir de 1990, quando se dá o fomento do ideário neoliberal, a ser abordado adiante.

Para dar subsídio às discussões trazidas neste tópico, retoma-se autores como Bruno Milanez, que debruça-se aos estudos relacionados ao setor minerário em sua relação com o Estado, abordando implicações socioambientais da atividade extrativa, os direitos dos atingidos e o meio ambiente.

É no início do século XIX que os primeiros investimentos em uma mineração pautada na exploração de outros recursos minerais da região: as abundantes jazidas de ferro em Minas Gerais. A exploração de minério de ferro na região de Congonhas relaciona-se à história da siderurgia no Brasil (MILANEZ, 2011).

Com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil em 1808, Eschwege⁶, a convite do rei, veio para o Brasil e também para a região de Congonhas, estudar as riquezas minerais na região central de Minas Gerais, que ficaria conhecida em meados do século XX como Quadrilátero Ferrífero (MACHADO, 2009).

A Fábrica de Ferro Patriótica, um dos primeiros investimentos nacionais no setor siderúrgico, foi construída por Eschwege em 1811 e está localizada entre os limites municipais atuais de Congonhas e Ouro Preto. Conforme Milanez (2011) ao mencionar Azevedo (2007) essa foi uma das primeiras usinas no Brasil a produzir ferro em escala comercial. A usina produziu ferro pela primeira vez em 1812 e teve suas atividades encerradas no ano de 1822.

Com base em análises das cartografias históricas e na atual delimitação do território municipal, é possível identificar que a Fábrica Patriótica não está localizada em Congonhas e sim no distrito de Ouro Preto, antigo São Julião, atual Miguel Burnier. Entretanto, a historiografia atribui sua localização a Congonhas, tendo em vista a íntima relação entre Eschwege e o município, também à conformação do espaço municipal e regional à época. Congonhas do Campo era um arraial pertencente ao território de Ouro Preto, bem como São Julião, que localiza-se geograficamente mais próximo à Congonhas do que sua sede.

Os estudos de Eschwege, ainda no século XIX, identificaram a existência de outras reservas minerais, para além do ouro, em regiões próximas à Congonhas e apontaram para a dimensão e riqueza das reservas de ferro e manganês em Minas Gerais.

Desde os primeiros estudos e adiante, consecutivos naturalistas e estudiosos estrangeiros, ao longo do século XIX e XX, dedicaram-se a aprofundar os conhecimentos sobre as reservas minerais na região, até alcançarem um panorama da imagem geológica da porção central de Minas Gerais.

Eschwege e outros viajantes naturalistas abordaram a distinta paisagem natural da região central de Minas Gerais a partir de suas características geológicas, no que foi denominado, em meados do século XX, como Quadrilátero Ferrífero (MACHADO, 2009), conforme mencionado anteriormente, ou ainda, e como optamos denominar neste trabalho, como Quadrilátero Aquífero-Ferrífero, em função de sua geomorfologia e hidrografia, superficial e subterrânea, dessa

paisagem composta por nascentes, cursos hídricos e serras, para além das riquezas minerais.

Houve um crescente interesse do capital estrangeiro nestas reservas e aumento das aquisições de terras mineiras por estrangeiros. Foi o caso de Congonhas quando, em 1911, o dinamarquês Arn Thun adquiriu as terras da fazenda Casa de Pedra e dois anos mais tarde iniciou as atividades na mina de mesmo nome. Era o início da atividade extrativa na Mina Casa de Pedra que está em operação até os dias atuais, há quase 110 anos.

A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial tiveram papel relevante na queda das importações brasileiras em produtos metalúrgicos e no consequente aumento da demanda interna por produtos siderúrgicos, propiciando o crescimento desses tipos de produção no Brasil, especialmente em Minas Gerais (MILANEZ, 2011; FJP, 198-).

Em 1939, durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil fez uma aliança para o fornecimento de produtos siderúrgicos para os Estados Unidos. Por meio de um empréstimo dos EUA ao Brasil, o acordo firmado encaminhou-se para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (MILANEZ, 2011).

A partir do Plano Siderúrgico Nacional da década de 1940 empresas estatais foram criadas, entre elas a CSN (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD (1942).

Implantou-se a Usina da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda no estado do Rio de Janeiro e, para garantir o abastecimento da Usina com minério de ferro, em 1946, Arn Thun foi desapropriado e a Mina Casa de Pedra passou a ser propriedade da CSN (MILANEZ, 2011).

A criação da mineradora estatal em Congonhas influencia significativamente o espaço urbano e sua paisagem, pois estimulou o crescimento populacional, os processos migratórios e a expansão da malha urbana do distrito-sede que cresceu de forma desordenada e rapidamente, em decorrência da implantação da empresa e dos empregos gerados (CIONI, 2021).

Outras minerações extrativas estão localizadas na região de Congonhas, como a Companhia de Mineração de Ferro e Carvão - FERTECO, localizada na divisa entre Ouro Preto e Congonhas, com registros desde a década de 1920 (MILANEZ, 2011). No início do século XXI, a Ferteco é vendida para a atual Vale S/A.

Em 1976 é definida a localização destinada à Usina Presidente Arthur Bernardes, da estatal Açominas, entre os municípios de Ouro Branco e Congonhas, e iniciadas as obras para sua construção. Em 1986, as atividades da empresa são iniciadas.

Na década de 1990, influenciado e a partir do Consenso de Washington⁷, o Plano Nacional de Desestatização foi criado, durante o governo Collor. O objetivo é a diminuição da participação estatal nas atividades produtivas de setores como a siderurgia e petroquímica, com a justificativa de que abrir o capital dessas estatais seria lucrativo - para o Estado brasileiro e para os brasileiros - e que resultaria na modernização dessas empresas.

É neste contexto que as principais empresas mineradoras estatais têm seu capital privatizado, fortalecendo a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) e, em alguma medida, novamente, o controle das riquezas naturais e minerais pelo capital estrangeiro. A natureza “colonial” da mineração evidencia-se e

potencializa-se, devido ao controle da atividade mineral no país por empresas multinacionais (ENRIQUEZ, 2007), a partir das subseqüentes privatizações ao longo da década de 1990.

Atualmente, a mineração em Congonhas e seu entorno imediato é praticada por 4 multinacionais: CSN Mineração, Vale S.A, Gerdau e Vallourec (VSB), as três primeiras no espaço periurbano de Congonhas e nos limites municipais com Belo Vale, Ouro Preto e Ouro Branco, e a última em Jeceaba.

Além dessas empresas, há ainda minerações de menor porte, como Ferro+, Mineração Polaris, Green Metals, Ferro Puro Mineração, Minas Mineração LTDA, entre outras, que se estendem por toda a região do Quadrilátero Aquífero-Ferífero (figura 4), e que podem ser percebidas principalmente no eixo que interliga Congonhas à Belo Horizonte, na BR-040.

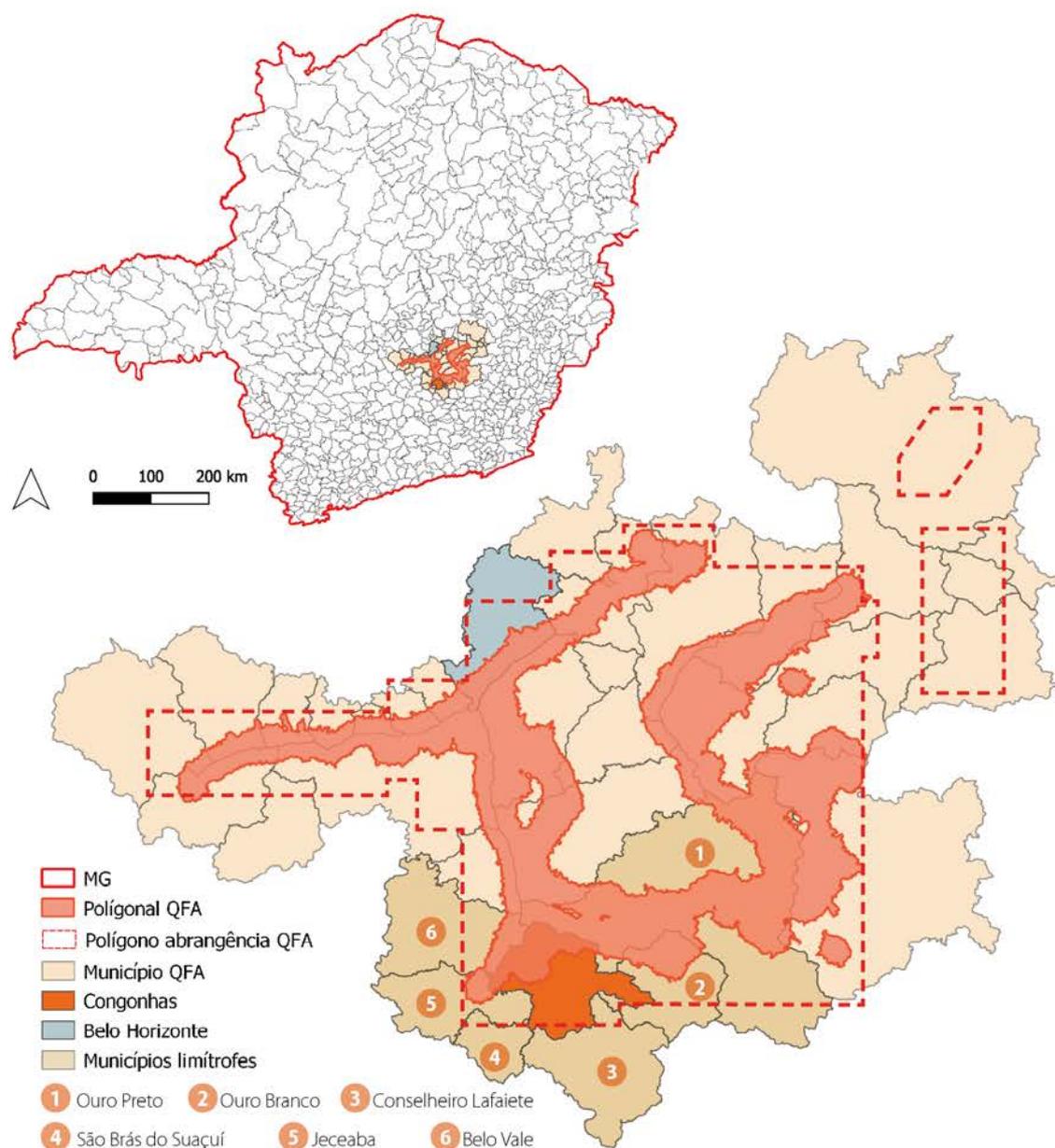


Figura 4. Municípios do Quadrilátero Aquífero-Ferífero, localizados na porção central de Minas Gerais, com destaque para os municípios limítrofes à Congonhas. Fonte: IBGE, QFE/UFOP e MovSAM, 2018. Autoria: elaborado pelas autoras, 2021.

Dentre os municípios limítrofes a Congonhas, apenas São Brás do Suaçuí não possui mineração, porém é diretamente impactada pela mineração em Jeceaba, para além dos impactos socioambientais, pelos fluxos e circulação de pessoas e mercadorias. Para a implantação da VSB em Jeceaba, um novo acesso interligando a MG-383 e a BR-040 foi construído, alterando completamente a rota de acesso para São Brás do Suaçuí.

Ademais, ao longo dos caminhos históricos (“Estrada Real”) e, atualmente, ao longo dos eixos rodoviários e rotas intraurbanas (VILLAÇA, XX), são percebidas diversas urbanizações e localidades compondo uma rede urbana extensiva (MONTE-MÓR, 1994), além de localidades rurais e chacreamentos (figura 5 e 6).

As urbanizações extensivas que formam aglomerados urbanos estão localizadas, principalmente, nos eixos que interligam os municípios de Congonhas, Ouro Branco e Conselheiro Lafaiete e podem ser observados no mapa a seguir (figura 5 e 6).

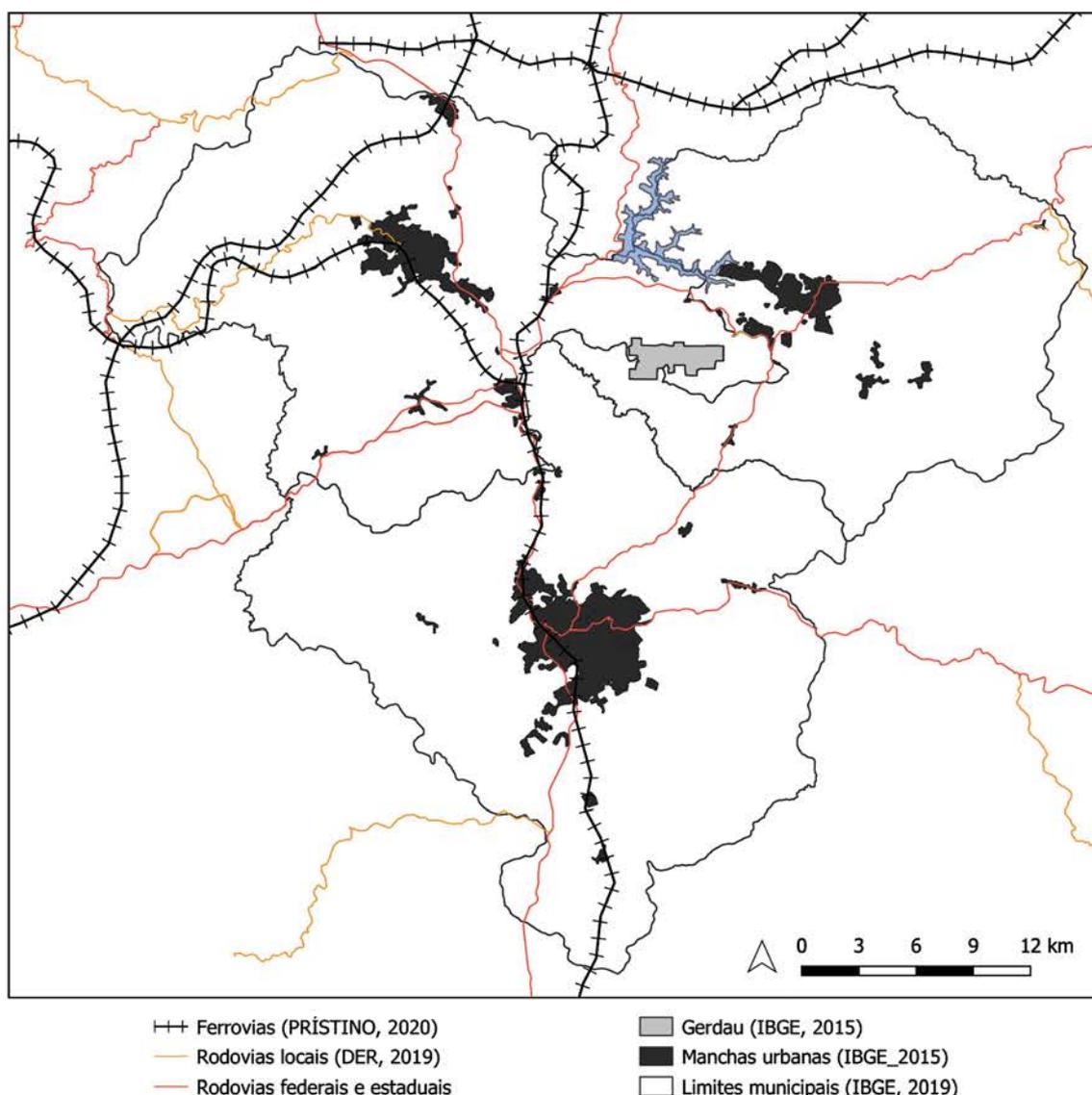


Figura 5. Mapa do aglomerado urbano de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco. Fonte: IBGE, 2015. Autoria: elaborado pelas autoras, 2021.

Alguns autores introduzem que há uma correlação entre a mineração no Quadrilátero Aquífero-Ferrífero, as dinâmicas ocasionadas pela atividade - infraestruturas necessárias à atividade, grande circulação de pessoas e mercadorias, atração de investimentos na região, oferta de empregos, entre outros -; sua localização em relação a Belo Horizonte, o que posiciona os municípios que integram o Quadrilátero no espaço perimetropolitano da capital e resulta em características, dinâmicas e relações singulares; e em sistemas urbanos, estruturados por aglomerados urbanos e marcados por um crescimento periurbano que indicam uma tendência à conurbação (CONTI et al, 2017; SILVA, 2011).

O aglomerado urbano é influenciado pela intensa atividade de mineração na região. Conselheiro Lafaiete, cidade de médio porte, é a maior entre as três cidades do aglomerado urbano, possuindo aproximadamente 120 mil habitantes. Congonhas e Ouro Branco, cidades de pequeno porte, abrigam grandes empresas mineradoras e possuem 50 mil e 35 mil habitantes, respectivamente. As três municipalidades datam do período colonial.

O mapa a seguir (figura 6) apresenta uma aproximação do território municipal de Congonhas, onde é possível observar uma atualização das manchas urbanas apresentadas anteriormente e melhor compreensão das atividades minerárias na região.

As áreas em cinza (figura 6) representam a atividade minerária no entorno de Congonhas, inclusive da mineração dentro de seu perímetro urbano. É possível observar que em grande parte do território municipal e entorno imediato há presença da mineração, em sua maioria extrativista, contando com cava, plantas de beneficiamento, barragens e também a planta siderúrgica da Gerdau e a barragem de Soledade, a ela pertencente.

A partir de então, fica a cargo do Estado brasileiro regulamentar, fiscalizar e conceder o direito de exploração mineral às empresas privadas multinacionais, estabelecer um conjunto de diretrizes e ações para conter os impactos socioambientais ocasionados pela atividade (medidas mitigadoras e compensatórias); e, o retorno financeiro se dá por meio da arrecadação de impostos sobre a matéria-prima exportada (CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais).

Uma preocupação que se evidencia pelo modelo extrativista contemporâneo, praticado em larga escala e por empresas multinacionais, é que no atual modelo capitalista neoliberal financeirizado, quando tragédias-crime como o rompimento de barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) acontecem, assistimos à impunidade e a dificuldade em responsabilizar e identificar os responsáveis e mesmo reparações sociais, ambientais e territoriais.

Dentre os responsáveis identificam-se as grandes empresas privadas que visam o lucro acima das preocupações com o ônus da extração mineral, os riscos e impactos aos quais estão suscetíveis os territórios mineradores, suas populações, paisagens locais e regionais e os ecossistemas.

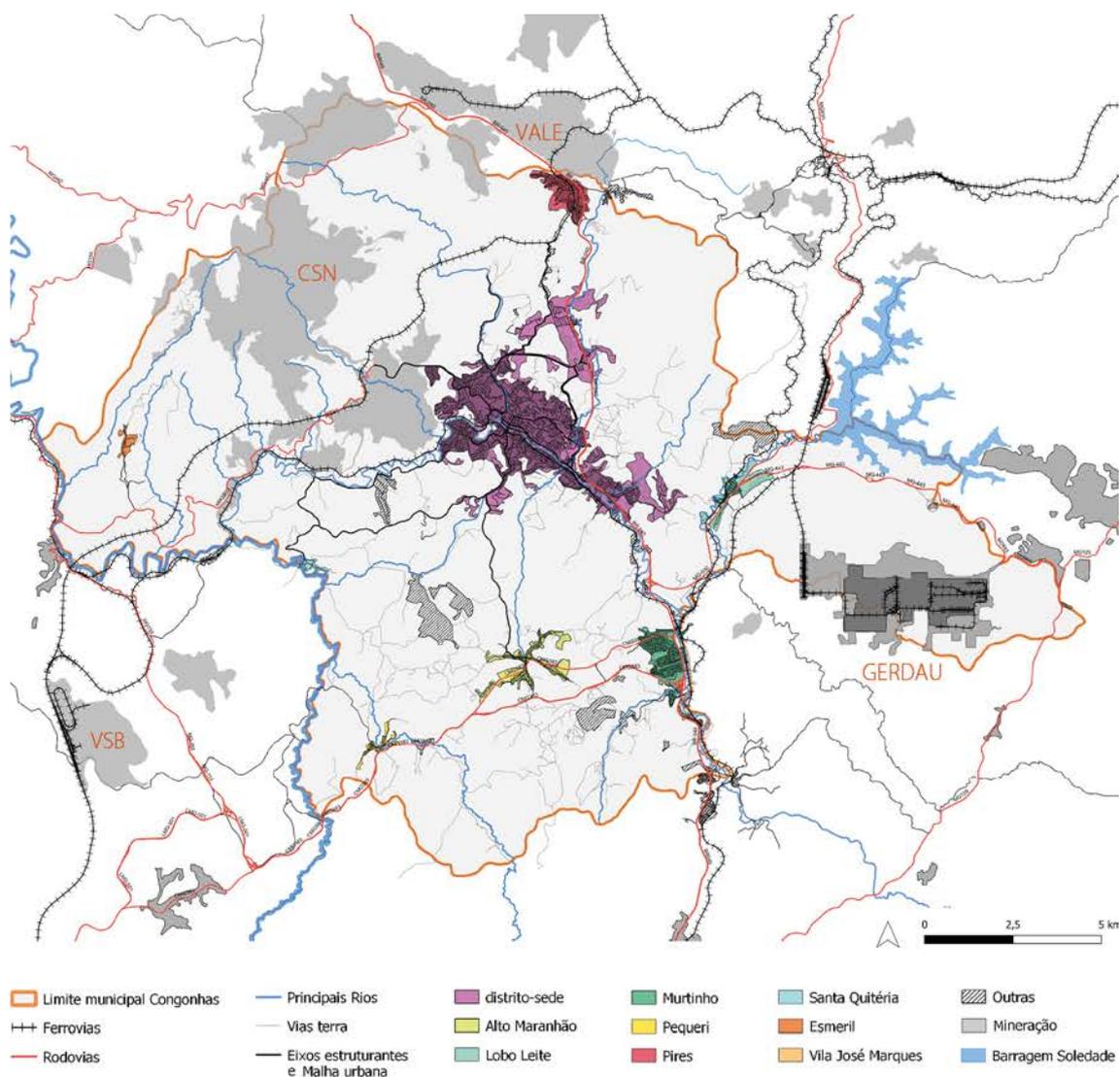


Figura 6. Mapa de Congonhas com as ocupações e infraestruturas do território municipal - distritos, localidades, povoados, áreas de chacreamento, áreas de mineração e empresas multinacionais. Autoria: elaborado pelas autoras, 2021.

4. Neoextrativismo, colonialidade persistente nos territórios mineradores e suas implicações

Uma das contradições e, ao mesmo tempo, característica inerente do extrativismo, em nível local, está o contraste entre o lucro extraordinário e a extrema pobreza, na degradação dos territórios, corpos e natureza. A natureza colonial da mineração está na exploração predatória dos bens minerais, entendidos “meramente” como recursos da natureza.

O neoextrativismo é uma categoria analítica nascida na América Latina (SVAMPA, 2019) que tem raízes históricas no extrativismo colonial. É uma reconfiguração deste extrativismo que adquire, conforme dito anteriormente, novas dimensões a partir da década de 1990 com o Consenso de Washington e o ideário neoliberal⁸.

A “maldição dos recursos minerais” ou a “maldição da abundância”, são termos equivalentes que dizem respeito a uma construção determinista de que territórios altamente dotados de recursos naturais-minerais devem consolidar sua política

econômica e especializar-se em torno de explorar e exportar matérias-primas (MACHADO ARÁOZ, 2020; GUDYNAS, 2013; ACOSTA, 2009; ENRIQUEZ, 2007).

O termo “maldição” refere-se a esse paradoxo impregnado nos territórios latinoamericanos de tradição mineira, em países especializados em exportar natureza: a abundância de recursos naturais não traduz-se em riqueza para suas populações ou ao território (ACOSTA, 2009), não traduz-se em qualidade de vida ou em urbanidades.

A ideia de abundância mineral e de “vocação natural”   atividade extrativa, cria uma falsa noção de desenvolvimento quando na verdade produzem um empobrecimento sist mico e estrutural. Consequentemente, essa dependência mant m intacto o sistema-mundo moderno-colonial extrativista, fundado a partir da invasão das Américas em 1492, que mant m o Sul Global sistematicamente subordinado às economias centrais e ao mercado global (ACOSTA, 2016; MACHADO ARÁOZ, 2020; GROSGOUEL, 2016; QUIJANO, 2005).

O extrativismo colonial baseia-se na apropriação e extração da natureza e   estruturante do capitalismo em sua expansão e em “modernidade”, do sistema-mundo moderno-colonial como o conhecemos, associado aos genocídios/epistemicídios dos povos indígenas e africanos (GROSGOUEL, 2016) e aos saques e destruição dos territórios latino-americanos.

Os autores Horácio Machado Ar oz (2020) e Maristella Svampa (2019) referem-se a Potos , na Bolívia, como central para compreendermos a mineração na América Latina e no mundo. Foi a primeira e maior mineração em escala industrial na época, um marco da acumulação e da apropriação da natureza em larga escala para fins de exportação de matérias-primas, subordinando a região   especialização interna e   dependência econômica externa.

As ricas minas de prata de Potos  foram descobertas em 1545; em 1570, a cidade contava com 120 mil habitantes e mais de 200 mil ao final do século XVII, a primeira grande aglomeração urbana dessa natureza. Território marcado por contradições: muita riqueza e extrema pobreza (MACHADO ARÁOZ, 2020).

O extrativismo colonial deixa uma heranç a de ‘vocação natural’   atividade extrativa que “alimenta certo imaginário social sobre a natureza e suas benesses” (SVAMPA, 2019, p.21) e o que perdura nesse imaginário está relacionada às vantagens e oportunidades econ micas associadas à exploração mineral e atividade extrativa.

“Não por acaso, diante do progressismo reinante, o extrativismo voltou a instalar fortemente a ilusão desenvolvimentista, traduzida na ideia de que, graças às oportunidades oferecidas pelo novo auge das *commodities* e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcanç ar o desenvolvimento” (SVAMPA, 2019, p.21-22).

O neoextrativismo caracteriza-se pela expansão intensiva das fronteiras transatlânticas, uma intensa pressão e conflitos sobre:

a) os bens naturais: 1. quantidades cada vez maiores extraídas de matérias-primas e energias; 2. uso intensivo de recursos hídricos com poluição da água, atmosférica e comprometimento da qualidade do ar; 3. supressão da vegeta o e desmatamento; entre outros.

b) os territórios: 4. ‘produção’ de inúmeros atingidos, locais e regionais, diretos e indiretos; 5. impactos na qualidade de vida da população local e na mobilidade urbana e regional; 6. desafios na gestão de resíduos da mineração, rejeitos,

estéril e barragens; 7. impactos diretos às populações próximas às mineradoras ou às suas estruturas; 8. impactos nos modos de produção da arquitetura à urbanização; entre outros.

Outra das características do neoextrativismo está na reprimarização das economias dependentes da periferia do capitalismo, influenciada pela ascensão da China como potência global. Aprofundar-se sobre este conceito nos permite dar clareza à crise socioecológica contemporânea em escala global, às mudanças climáticas e ao caminho que está sendo traçado rumo ao colapso ecossistêmico e socioambiental planetário.

Svampa (2019, p.26) faz um breve e completo resumo sobre as novas dimensões alcançadas com a atualização do extrativismo colonial a partir da década de 1990, influenciado pelo ideário neoliberal. O neoextrativismo atinge

“[...] novas dimensões em diferentes níveis: globais (transição hegemonia, expansão da fronteira das *commodities*, esgotamento dos bens naturais não renováveis, crise socioecológica de alcance global), regionais e nacionais (relação entre o modelo extrativo/exportador, o Estado-nação e um lucro altíssimo), territoriais (ocupação intensiva do território, lutas ecoterritoriais com participação de diferentes atores coletivos) e, por fim, políticas (surgimento de uma nova gramática política de oposição, aumento da violência estatal e paraestatal).

Em seus ciclos, o capitalismo demonstra grande capacidade de adaptação, reconfiguração, cooptação, expropriação e incorporação de ideias, alternativas e conceitos, para benefício e manutenção próprios, mesmo que surjam como ou aparente resistência ao próprio sistema.

Solón (2019, p.17) a respeito do significado do conceito de “Bem Viver”, diz que

“[...] não se trata de um conjunto de receitas culturais, sociais, ambientais e econômicas, mas de uma mistura complexa e dinâmica que abarca desde uma concepção filosófica do tempo e do espaço até uma cosmovisão sobre a relação entre os seres humanos e a natureza”.

Alguns elementos são expressivos para a compreensão do Bem Viver (ACOSTA, 2016; SOLÓN, 2019) como possibilidade para pensarmos alternativas sistêmicas aos desequilíbrios vividos na contemporaneidade que emergem da crise e insustentabilidade do sistema capitalista, do produtivismo e do extrativismo, das estruturas patriarcais e do antropocentrismo.

Ana Clara Torres Ribeiro (1995; 2014) vai denominar as tais crises como “crise de totalidade” dadas as fragmentações e violências instauradas em corpos, espaços e tempos que geram, desde o processo da colonização, urbanização sem urbanidade, desde a escala local e fruto de ações e interesses do denominado mercado global.

Entre as inúmeras implicações das ditas crises, estão as injustiças socioambientais, as desigualdades, a destruição de ciclos vitais da natureza que vem atingindo os limites da natureza e, assim, os limites da vida.

De acordo com Solón (2019) para esclarecer os principais pontos que nos trouxeram a uma crise sistêmica contemporânea, os fatores-chave por ele apontados perpassam:

1. a descolonização, o que significa libertar-se das amarras coloniais, desmantelando as estruturas e os sistemas de dominação políticos, econômicos, sociais, culturais e mentais que imperam, capturam corpos e territórios, mentes e almas, como *heranças sem testamento* (ARENDR, 2011);

2. a visão do todo (Pacha), uma compreensão indissociável entre espaço e tempo, em movimento constante e cíclica que se refere ao cosmos, ao mundo dos humanos, da natureza, ao mundo de cima e de baixo (do universo - sol, lua, céu, estrelas - e dos mortos e espíritos), uma cosmovisão incompatível com a compreensão Ocidental e antropocêntrica;

3. a complementaridade da diversidade e convivência na multipolaridade, são compreensões ancoradas no reconhecimento das diferenças, das realidades, das contradições e tensões, em um encontro com a diversidade, em busca da harmonia e do equilíbrio.

“Complementar significa ver a diferença como parte do todo, porque a alteridade e a particularidade são intrínsecas à natureza e à vida. (...) Segundo a lógica do capital, o fundamental é a competição para aumentar a eficiência. [...] A concorrência fará com que cada setor ou país se especialize no que faz de melhor. Ao final, cada um se tornará mais eficiente, a inovação será incentivada e a produtividade crescerá. Já da perspectiva da complementaridade, a concorrência é negativa porque uns vencem e outros perdem, desequilibrando o todo, ao passo que o correto é buscar a combinação de forças. [...] A complementaridade não reside na ideia de que opostos se neutralizam, mas no reconhecimento das possibilidades que a diversidade forja no equilíbrio do todo” (SOLÓN, 2019, p.23-24).

Quais as perspectivas do urbano em condições que reproduzem lógicas ainda impossibilitadas de ruptura?

5. Algumas considerações

As lógicas do capital significam e resultam inevitavelmente em mais extrativismos e, para alcançar esse objetivo, transformam as sociedades da periferia do capitalismo, do Sul Global, reféns dessa ‘vocação natural’, para abastecer as economias centrais com as matérias-primas necessárias à produção e manutenção do capitalismo. Lucro para quem? Benefícios para quem?

O processo de colonização mineira e a formação de uma rede urbana colonial, isto é, ao longo dos caminhos e para o abastecimento das centralidades, municipalidades extrativistas, resultaram em uma urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994) que podem ser observados, na contemporaneidade, nos espaços regionais periurbanos. Essa urbanização precoce vem resultando em espaços de urbanização sem urbanidade (RIBEIRO, 1995).

A especialização regional em mineração vem da colonização que deixa essa herança de “vocação natural” à atividade extrativa e, inclusive, nas violências que podem território e populações serem submetidas para que se atenda às demandas do mercado global e seu lucro. O que aprendemos com nossa história recente? O que o ciclo do ouro nos ensinou, com o esgotamento precoce prosseguido pela estagnação econômica? E o que temos feito diferente agora no ciclo do ferro, para não repetirmos os erros do passado?

Algumas questões e desafios surgem em relação a esses territórios: como podemos garantir uma melhor gestão e aplicação dos recursos da CFEM para a construção de espaços urbanos e regionais com urbanidade? Como podemos mitigar os impactos negativos da mineração, na busca pela garantia dos direitos dos atingidos e os direitos da natureza? Quais os caminhos para uma sociedade mais alinhada ao Bem Viver?

A mineração no território municipal de Congonhas, como estudo de caso aqui trazido, em seu entorno imediato e, de maneira mais abrangente, no Quadrilátero

Aquífero-Ferrífero, tem resultado em profundas violências socioambientais. Violação de direitos, colapso da natureza.

Os impactos negativos que atingem as regiões de economias pautadas em extrativismos concentram-se nas esferas locais e regionais. Na contemporaneidade, o mundo (global) começa a sentir os efeitos dessa crise sistêmica e de totalidade que atinge os limites em resultado no esgotamento da natureza. E não poderia ser diferente, o Planeta é um só - o todo, Pacha - integrado e sistêmico.

Acredita-se que o caminho para alcançarmos alternativas às crises de totalidade perpassa a descolonização e a decolonização a partir de olhares históricos e críticos, na superação das imposições capitalistas de mercantilização e financeirização da natureza, da totalidade das coisas materiais e imateriais e da vida.

É preciso construir alternativas sistêmicas (SOLÓN, 2019) que perpassem a adoção de perspectivas diversas, numa compreensão ecossistêmica e pelo entendimento cíclico da vida e da natureza. Essa construção só pode ser coletiva.

6. Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. La maldición de la abundancia: un riesgo para la democracia (Políticas Públicas). **Revista La Tendencia**, Quito: FES-ILDIS, n.9, mar-abr, 2009. pp.103-115. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10469/4667> Acesso em: 30 de novembro de 2022.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Trad. Tadeu Breda, São Paulo: Elefante, 2016.

ALBUM CHOROGRAPHICO. Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes, 1927: Estudos Críticos. Belo Horizonte: Fundamar - Fundação 18 de Março, 2012. Disponível em: <http://www.albumchorographico1927.com.br/> Acesso em 29 de março de 2021

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro Barbosa, São Paulo: Perspectiva, 1979.

AZEVEDO, U. R. **Patrimônio geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais**: potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. Ph.D, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO - BNRJ. Acervo Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/> Acesso em: 7 de julho de 2021.

BRAUDEL, Fernand. Histoire et Sciences sociales: La longue durée. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 13e année, N. 4, 1958. pp.725-753.

CARVALHO, Marília de Fátima Dutra de Ávila. **Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais**: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

CIONI, Isabela F. **Congonhas**: A paisagem como lugar, no lugar da mineração. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de São João del-Rei, 2021.

CONTI, Alfio; AUGUSTO, Nataly; MARTINEZ, Gustavo A. T. O Sistema Urbano do Quadrilátero Ferrífero - Aglomerados Urbanos e Crescimento Periurbano. **Anais do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios. Santa Cruz do Sul - RS, set., 2017.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia R. S. **Maldição ou dádiva?** Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas** [on-line]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Central do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v.2, [198-].

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo do século XVI. **Dossiê Decolonialidade e Perspectiva Negra, Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, Jan-Apr, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003> Acesso em: 17 de abril de 2021

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador e novos extrativismos. As ambivalências do progressismo sulamericano. **Revista Nueva Sociedad**, Setembro 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/estadocompensador-e-novos-extrativismos-as-ambivalencias-doprogressismo-sul-americano/> Acesso em: 08 de novembro de 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo** – história e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. **Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade**. Trad. João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

MACHADO, Maria Márcia Magela. **Construindo a Imagem Geológica do Quadrilátero Ferrífero: Conceitos e Representações**. Tese (Doutorado em Geologia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

MILANEZ, Bruno. Grandes minas em Congonhas (MG), mais do mesmo? In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (Eds.). *Recursos minerais & sustentabilidade territorial: Grandes minas*. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, v.1, 2011. pp.199-228. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/472> Acesso em: 26 de março de 2019

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**. Maranhão: EDUFMA, v.10, n.19, 2013. pp.119-148. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940> Acesso em: 6 de julho de 2019

MILANEZ, Bruno. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA)**, v.16, p.93-101, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7936> Acesso em: 27 de maio de 2019.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental. In: SANTOS, Milton et. al. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. pp.169-181.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. **A fisionomia das cidades mineradoras**. Textos para discussão nº 163. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2001a. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdp/textdis/td163.html> Acesso em: 15 de novembro de 2020.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Textos para discussão nº 164. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 2001b. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/cdp/textdis/td164.html> Acesso em: 10 de julho de 2019.

MovSAM. **Dossiê-denúncia**: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero-Aquífero de Minas Gerais. MovSAM, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://aguasdogandarela.org.br/dossie-denuncia-ameacase-violacoes-ao-direito-humano-a-agua-no-quadrilateroferrifero-aquifero-de-minas-gerais/> Acesso em: 27 de março de 2019.

NASCIMENTO, Adriana G.; CIONI, Isabela F.; PEREIRA, Maria Cristina A.; SILVA, Paulo J. C.; RIBEIRO, Suzana. H. C.. Urbanização, Caminhos e Iconografia: recortes e processos mineiros. **Anais do 7º Seminário Iberoamericano Arquitetura e Documentação**. Belo Horizonte - MG: Even3 (on-line), v.7, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arqedoc2021/395925-urbanizacao-caminhos-e-iconografia--recortes-e-processos-mineiros/> Acesso em: 28 de dezembro de 2021.

NASCIMENTO, Adriana. G.; CARVALHO, Marília. F. D. A.; RIBEIRO, Suzana. H. C.. Cartografia dos caminhos: entre trajetos e narrativas sobre as formações urbanas mineiras nos séculos XVIII-XIX e os caminhos históricos indígenas. **Anais do XIX ENANPUR**. Blumenau - SC: XIX ENANPUR (on-line), v.19, 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT2_SEM_357_633_20211210172857.pdf Acesso em: 05 de dezembro de 2022.

NEVES, Marcus Duque. Congonhas do Campo e sua trajetória histórica. In: BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique (Org.). *Carta Arqueológica de Congonhas*. Belo Horizonte: Editora Rona/Manabi, 2014. pp.56-75.

PENHA, Ulisses. Geologia e Paisagens Rurais de Congonhas. In: BAETA, Alenice; PILÓ, Henrique (Org.). *Carta Arqueológica de Congonhas*. Belo Horizonte: Editora Rona/Manabi, 2014. pp.10-23.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp.117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf Acesso em: 20 de junho de 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Urbanização sem urbanidade: um cenário de incertezas. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.16, n.2, 1995. pp.556-590. Disponível em: <https://revistas.dee.spqg.rs.gov.br/index.php/ensaios/issue/view/97> Acesso em: 05 de julho de 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da Ação**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 1ª ed., 2014.

SILVA, Mariza Ferreira da. **Congonhas: Centro Urbano Emergente no Colar Perimetropolitano de Belo Horizonte – MG**. Dissertação (Mestrado em Tratamento da Informação Espacial) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. Trad. João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Trad. Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2ªed. 2001.

¹ Comumente chamada de Quadrilátero Ferrífero por suas riquezas minerais, denominar essa porção territorial como Quadrilátero Aquífero-Ferrífero é uma reivindicação por suas riquezas hídricas (aquíferos subterrâneos, nascentes e rios) negligenciadas, invisibilizadas e altamente impactadas pela atividade mineral (MovSAM, 2018).

² É importante destacar a crítica que temos fomentado em torno do termo “Estrada Real” em sua relação com os caminhos históricos indígenas, conforme temos apresentado em resultados de pesquisa (NASCIMENTO et al, 2022).

³ O Ribeirão das Congonhas teve seu nome alterado para Rio Maranhão em homenagem ao primeiro Bispo de Mariana que fez uma longa viagem do estado do Maranhão à Minas Gerais para assumir o bispado na cidade de Mariana. Seu bispado foi entre os anos de 1748 e 1764 e o nome do rio foi alterado durante sua primeira visita ao arraial de Congonhas do Campo, permanecendo até os dias atuais. O referido Rio é importante afluente do Rio Paraopeba; Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco são municípios que estão localizados na bacia hidrográfica do Rio Maranhão, sub-bacia do Rio Paraopeba, por sua vez, afluente do Rio São Francisco. Entre outros municípios, estes três fazem parte da região do Alto Paraopeba, conhecido como importante pólo minero-metalúrgico, onde localizam-se diversas empresas multinacionais do setor mineral, como Vale, CSN, Gerdau, Vallourec, entre outras.

⁴ Em nosso entendimento sobre a questão industrial dos processos minerários é de que se trata de processo extrativo cujo mecanismo é industrializado apenas na contemporaneidade. Mesmo na atualidade o que é produzido por essa dita “indústria” é a extração de matéria-prima, de baixo valor agregado e vinculado à economia primária (MILANEZ, 2017).

⁵ “Curato” ou “paróquias encomendadas” eram providas por vigários nomeados pelo bispo e remunerados pela população; e, “freguesias coladas” ou “colativas” possuíam “padres perpétuos”, nomeados pelo rei, que recebiam da Coroa os benefícios eclesiásticos (côngruas); correspondia a uma distinção de hierarquias entre as paróquias (FONSECA, 2011). As onze filiais curadas que dependiam da Paróquia de Congonhas no século XIX eram: Nossa Senhora da Boa Morte, da Piedade e do Rio do Peixe; São Gonçalo, Santa Ana, Senhor do Bonfim, Santa Quitéria; Santa Cruz do Salto, do Brumado, do Redondo e do Suaçuí (NEVES, 2014).

⁶ Wilhelm Ludwig. von Eschwege é engenheiro e mineralogista alemão que esteve no Brasil entre 1810 e 1821. Dentre seus escritos, sua obra científica mais enfática é *Pluto Brasiliensis* (1833), publicada em Berlim, sobre a geologia brasileira.

⁷ Consenso de Washington é a denominação de um encontro ocorrido em 1989 nos EUA com o objetivo de difundir o ideário neoliberal para os países latinoamericanos. O conjunto de medidas e diretrizes político-econômicas recomendadas e amplamente aplicadas na América Latina a partir da década de 1990 inclui reforma fiscal, redução de gastos públicos, privatização de estatais, liberalização do comércio, redução de tarifas para importação e exportação, entre outras. Importante destacar que agências econômicas americanas, como FMI e Banco Mundial aderiram às recomendações do Consenso, em certa medida, pressionando a adesão latinoamericana (Solón, 2019).

⁸ O neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas que surgem nos EUA em 1970 e ganha força em 1980. O elemento vital do pensamento neoliberal parte do “[...] pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio” (Harvey, 2008, p. 18).